



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Assessoria Especial de Assuntos Institucionais
Assessoria de Assuntos Parlamentares

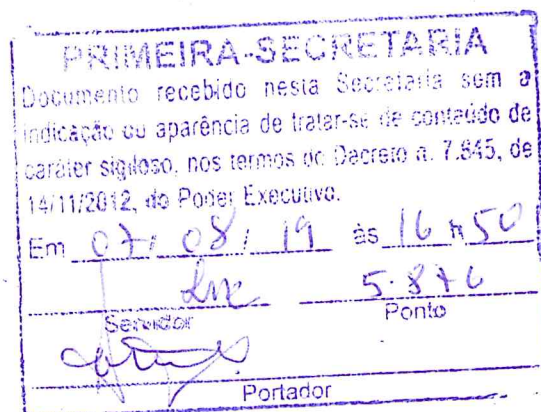
OFÍCIO Nº 27078/2019/ASPAR/AEAI/MCTIC

Brasília, 07 de agosto de 2019.

A Sua Excelência a Senhora
Deputada SORAYA SANTOS
Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados
Brasília - DF

Assunto: Requerimento de Informação nº 793/2019.

Senhora Primeira-Secretária,



Em atenção ao Ofício 1ªSEC/RI/E/nº 618/19, por meio do qual foi encaminhada cópia do Requerimento de Informação nº 793/2019, de autoria do Deputado Jesus Sérgio, encaminho, em anexo, o Ofício nº 325/2019/GPR-ANATEL, acompanhado dos Informes nº 25/2019/SAF e nº 109/2019/PRUV/SPR, da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, com informações acerca da implementação e fiscalização, pela ANATEL, dos projetos com recursos do FUST.

Atenciosamente,

MARCOS CESAR PONTES
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 07/08/2019, às 12:31 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4472293** e o código CRC **48CF84C1**.



Agência Nacional de Telecomunicações

SAUS, Quadra 6, Bloco H, 10º Andar, Ala Norte - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70070-940

Telefone: (61) 2312-2010

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53500.027259/2019-41

Importante: O Acesso Externo do SEI (www.anatel.gov.br/seiusuarioexterno) possibilita o Peticionamento Eletrônico para abrir Processo Novo e Intercorrente, podendo utilizar a segunda opção para responder este Ofício. Página de Pesquisa Pública do SEI: www.anatel.gov.br/seipesquisa

Ofício nº 325/2019/GPR-ANATEL

Ao Senhor

MARCOS CESAR PONTES

Ministro

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Esplanada dos Ministérios, Bloco E

70067-900 - Brasília - DF

Assunto: Requerimento de Informação nº 793/2019. Solicitação de informações sobre a implementação e fiscalização pela Anatel dos projetos que utilizam recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

Senhor Ministro,

1. Refiro-me ao Ofício nº 23062/2019/DIDOC/GABEX/SEEXEC/MCTIC, por meio do qual esse Ministério encaminha o Requerimento de Informação nº 793/2019, de autoria do Deputado Federal Jesus Sérgio, que solicita informações a respeito da implementação e fiscalização pela Anatel dos projetos que utilizam recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).
2. Relativamente ao assunto, encaminho, em anexo, o Informe nº 25/2019/SAF, elaborado pela Superintendência de Administração e Finanças desta Agência e o Informe nº 109/2019/PRUV/SPR, elaborado pela Superintendência de Planejamento e Regulamentação desta Agência que prestam os esclarecimentos pertinentes.

Anexos: I - Informe nº 25/2019/SAF (SEI nº 4384219);
II - Informe nº 109/2019/PRUV/SPR (SEI nº 4399082)

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Euler de Moraes, Presidente**, em 24/07/2019, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da Portaria nº 912/2017 da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **4416965** e o código CRC **03924142**.



INFORME Nº 25/2019/SAF

PROCESSO Nº 53500.027259/2019-41

INTERESSADO: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

1. **ASSUNTO**

1.1. Requerimento de Informação nº 793/2019, de autoria do Deputado Jesus Sérgio.

2. **REFERÊNCIAS**

2.1. Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações- LGT).

2.2. Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

2.3. Requerimento de Informação nº 793/2019.

2.4. Ofício nº 23062/2019/DIDOC/GABEX/SEXEC/MCTIC.

3. **ANÁLISE**

3.1. Trata-se de Memorando-Circular nº 96/2019/ARI (SEI nº4379329) que encaminhou cópia do Requerimento de Informação nº 793/2019, de autoria do Deputado Jesus Sérgio, que, por seu turno, solicita informações a respeito do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

3.2. Em resposta, informa-se o seguinte sobre o questionamento de competência desta Superintendência de Administração e Finanças (SAF):

Qual foi o volume de recursos arrecadados pelo Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) em 2018?

3.3. A instituição do Fust adveio de previsão na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações- LGT), que, ao estabelecer o marco regulatório para o setor de telecomunicações, definiu as obrigações de universalização como sendo aquelas *“que objetivam possibilitar o acesso de qualquer pessoa ou instituição de interesse público a serviço de telecomunicações, independentemente de sua localização e condição sócio - econômica, bem como as destinadas a permitir a utilização das telecomunicações em serviços essenciais de interesse público”* (art. 79, § 1º). Nesse sentido, houve a previsão de criação de fundo destinado a cobrir a parcela de custo exclusivamente atribuível ao cumprimento das obrigações de universalização de serviços de telecomunicações, que não possa ser recuperada com a exploração eficiente do serviço.

3.4. O Fust, para o qual contribuem todas as prestadoras de serviço de telecomunicações nos regimes público e privado, foi instituído pela Lei nº 9.998/2000 e regulamentado pelo Decreto nº 3.624/2000, que determina ser o Ministério das Comunicações competente para *“formular as políticas, as diretrizes gerais e as prioridades que orientarão as aplicações do Fust, bem como definir os programas, os projetos e as atividades financiados com recursos do Fundo”*.

3.5. É de competência da Anatel prestar contas da execução orçamentária e financeira do Fust, conforme art. 4º, III, da Lei nº 9.998/2000. Assim, a Agência publica em seu sítio da Internet, www.anatel.gov.br, na aba Setor Regulado >> Arrecadação, relatório contendo a série histórica do Fust.

3.6. As fontes de receitas do FUST estão prevista no art. 6º da 9.998/2000, sendo as

principais delas a contribuição de 1,0% (um por cento) sobre a receita operacional bruta, decorrente de prestação de serviços de telecomunicações nos regimes público e privado e o preço público cobrado pela Anatel, como condição para a transferência de concessão, de permissão ou de autorização de serviço de telecomunicações ou de uso de radiofrequência.

3.7. Em 2018 foram arrecadados R\$ 854,93 milhões, sendo que o detalhamento da arrecadação encontra-se no Relatório Série Histórica do Fust (SEI nº 4384261).

4. DOCUMENTOS RELACIONADOS/ANEXOS

4.1. Relatório Série Histórica do Fust (SEI nº 4384261).

5. CONCLUSÃO

5.1. Diante do exposto, encaminhe-se à Assessoria de Relações Institucionais (ARI) as informações em resposta ao Requerimento de Informação nº 793/2019, de autoria do Deputado Jesus Sérgio.



Documento assinado eletronicamente por **Isadora Moreira Firmino, Superintendente de Administração e Finanças**, em 16/07/2019, às 12:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da Portaria nº 912/2017 da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **4384219** e o código CRC **E464A31A**.



INFORME Nº 109/2019/PRUV/SPR

PROCESSO Nº 53500.027259/2019-41

INTERESSADO: CÂMARA DOS DEPUTADOS

1. ASSUNTO

1.1. Requerimento de Informação nº 793/2019, subscrito pelo Deputado Federal Jesus Sérgio que solicita informações ao Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a respeito da implementação e fiscalização pela Anatel dos projetos que utilizam recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust).

2. REFERÊNCIAS

2.1. Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - Fust.

3. ANÁLISE

3.1. Trata-se de Memorando-Circular nº 96/2019/ARI que encaminha cópia do Requerimento de Informação nº 793/2019, subscrito pelo Deputado Federal Jesus Sérgio, que solicita informações ao Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a respeito da implementação e fiscalização pela Anatel dos projetos que utilizam recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). O Requerimento de Informação nº 793/2019 nos foi encaminhado por meio do Ofício nº 23062/2019/DIDOC/GABEX/SEEXEC/MCTIC, de 08 de julho de 2019, proveniente do Gabinete da Secretaria Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

3.2. De conformidade com o disposto no Memorando-Circular nº 96/2019/ARI compete à PRUV se manifestar a respeito dos seguintes itens:

- b) Qual foi o valor contratado pela ANATEL com a execução e fiscalização de projetos em todo o país em 2018?
- c) Quais são os projetos em execução em 2019? Informar por região do país.
- d) Quais projetos foram contratados e/ou executados no estado do Acre com os recursos do Fust em 2018 e quais serão implementados em 2019?

3.3. Cumpre destacar que, em conformidade com o disposto na Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, art. 2º, caberá ao Ministério das Comunicações (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações) formular as políticas, as diretrizes gerais e as prioridades que orientarão as aplicações do Fust, bem como definir os programas, projetos e atividades financiados com recursos do Fundo, nos termos do art. 5º da Lei. Desta forma, cabe ao Ministério os devidos esclarecimentos quanto à definição das políticas públicas, bem como sobre a aplicação dos recursos do Fundo.

3.4. Dentro das atribuições da Anatel, mais especificamente acerca do acompanhamento dos projetos financiados pelo Fust (art. 4º, inciso I da Lei nº 9.998/2000) cabe informar a respeito da única aplicação do Fust em projetos relacionados à telecomunicações. Este projeto foi o Programa de Atendimento às Pessoas com Deficiência, instituído por meio da Portaria do Ministério das Comunicações nº 263, de 27 de abril de 2006. O escopo do projeto foi o atendimento às Instituições de Assistência às Pessoas com Deficiência Auditiva. O objeto essencial de universalização tratado nos Termos de Obrigações assinados com as concessionárias do STFC (Telemar, Brasil Telecom, CTBC e Telefônica) foi o provimento de acessos individuais ao Serviço Telefônico Fixo

Comutado -STFC, o pagamento mensal da assinatura básica e o fornecimento, instalação e manutenção de equipamentos de interface (TTS) que permitissem a comunicação entre pessoas com deficiência auditiva, nas dependências de instituições de assistência a essas pessoas.

3.5. Considerando que cabe ao Ministério das Comunicações (atual MCTIC) formular as políticas, as diretrizes gerais e as prioridades que orientarão as aplicações do FUST, bem como definir os programas, os projetos e as atividades financiados com recursos do Fundo, em 7 de fevereiro de 2007, foi editado o Decreto nº 6.039, que aprovou o Plano de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado em Instituições de Assistência às Pessoas com Deficiência Auditiva – PMU I, com duração de 5 anos, iniciando em 2007.

3.6. Com base no Termo de Referência elaborado pela antiga Secretaria de Desenvolvimento Humano – SEDH, estimou-se o atendimento de até 782 (setecentas e oitenta e duas) instituições, todavia quando do estabelecimento das obrigações, por meio de assinatura dos Termos de Obrigações – TO pelas concessionárias, confirmou-se o rol de 778 (setecentos e setenta e oito) instituições, que foram distribuídas entre as concessionárias Telemar (471 instituições), Brasil Telecom (194 instituições), CTBC (38 instituições) e Telefônica (75 instituições).

3.7. No entanto, na etapa de execução, confirmou-se a adesão de 121 (cento e vinte e uma) instituições e ao final do prazo de vigência, setembro de 2012, observou-se 67 instituições ativas. Os atendimentos foram realizados entre os anos de 2007 e 2009, com prazo final para a conclusão da disponibilização do serviço no ano de 2012.

3.8. O cálculo atualizado (janeiro de 2019) totalizou o valor de R\$ 503.118,22 (quinhentos e três mil, cento e dezoito reais e vinte e dois centavos) distribuído para as concessionárias que participaram do projeto.

3.9. Destaca-se por fim e em resposta aos itens b, c, d que não temos atualmente em execução e fiscalização projetos que utilizam recursos do FUST. A disponibilização do Serviço Telefônico Fixo Comutado -STFC para instituições de assistência a pessoas com deficiência auditiva, como acima mencionado, estava prevista para encerramento em 2012. O que foi realizado em 2018 e 2019 foram empenhos e pagamentos de valores ainda devidos para a empresa Telemar referentes ao PMU I.

3.10. Cumpre ademais, no âmbito do contexto de utilização dos recursos do Fundo, informar a respeito do Anteprojeto de Lei elaborado pela Anatel e encaminhado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC.

3.11. Atualmente, a LGT e a Lei do FUST destinam a utilização dos recursos do fundo exclusivamente a projetos voltados ao Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC (telefonia fixa), o que, na prática, inviabiliza a sua utilização, tendo em vista que esse serviço está em desuso por parte da população, que clama por serviços de alta velocidade de acesso à internet e com mobilidade.

3.12. Com o intuito de possibilitar a destinação do FUST para serviços prestados sob o regime privado, em especial às lacunas da telefonia móvel e banda larga fixa apresentados no PERT, a Agência elaborou o Anteprojeto de Lei SEI nº4259585 enviado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, o qual, em síntese, apresenta as seguintes propostas:

3.12.1. Permitir a utilização dos recursos do FUST em serviços explorados em qualquer regime (público ou privado);

3.12.2. Garantir o alinhamento dos projetos que receberão os recursos do FUST com os projetos do Plano Estrutural de Redes de Telecomunicações - PERT, elaborado pela Anatel;

3.12.3. Permitir a aplicação dos recursos em 3 modalidades: não-reembolsável; reembolsável (Financiamento) e garantia;

3.12.4. Criar um Conselho Gestor dos recursos do fundo, composto por membros do

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, Ministério da Saúde, Ministério da Defesa, Anatel, BNDES, prestadores dos serviços de telecomunicações e sociedade civil;

3.12.5. Delegar a função de Agente Financeiro do fundo para o BNDES.

3.13. Deve-se mencionar também que há diversos projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional com o propósito de alterar a Lei do FUST e, desse modo, possibilitar seu uso em iniciativas de suporte a banda larga, telefonia móvel e infraestruturas de transporte.

3.14. Com a reestruturação do FUST, que, conforme dito, depende de alteração legislativa, seria possível alocar recursos para, por exemplo, a disponibilização de infraestrutura de telecomunicações (backhaul), acessos de banda larga fixa em fibra ótica e redes de telefonia móvel.

3.15. Por fim, cumpre prestar alguns esclarecimentos a respeito do Plano Estrutural de Redes de Telecomunicações - PERT.

3.16. A ampliação do acesso aos serviços de telecomunicações, principalmente aos serviços de suporte à banda larga fixa e móvel, foi alçada ao centro das políticas públicas do setor de telecomunicações com a edição do Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018, que dispôs sobre as políticas públicas de telecomunicações. A expectativa intrínseca à política pública prevê o acesso à internet, com qualidade e velocidades adequadas onde a oferta de serviços seja limitada.

3.17. A Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, ciente da importância das telecomunicações para o acesso às informações e para o exercício irrestrito da cidadania, já anteriormente havia estabelecido em seu planejamento estratégico para o período 2015-2024, o objetivo estratégico de *"Promover a ampliação do acesso e o uso dos serviços, com qualidade e preços adequados"*.

3.18. O Plano Estrutural de Redes de Telecomunicações - PERT, previsto na Lei Geral de Telecomunicações e aprovado pela Agência em 14 de junho de 2019, conforme será explorado a seguir, apresenta o diagnóstico da banda larga no Brasil e, à luz das deficiências estruturais identificadas, e sugere projetos para que as lacunas de infraestrutura e de atendimento possam ser adequadamente endereçadas pelo poder público.

3.19. A Lei Geral de Telecomunicações fixou em seu art. 22 a competência do Conselho Diretor da Anatel propor o estabelecimento e alterações das políticas governamentais de telecomunicações e aprovar planos estruturais das redes de telecomunicações. Diante de tal obrigação e com base no aludido Planejamento Estratégico da Agência, deu-se início a estudos com o objetivo de conhecer, cada vez mais, as lacunas de atendimento dos serviços de telefonia móvel e internet em todas as regiões do país e, com isso, propor um Plano com o objetivo de ampliar o acesso à Banda Larga no Brasil.

3.20. Para tanto, foi elaborado um diagnóstico detalhado do atendimento com banda larga no país, a fim de possibilitar que a Agência identifique se existe infraestrutura capaz de atender às demandas em cada região, para permitir que a adoção de qualquer ação, de qualidade, de ampliação do acesso, de disponibilização de espectro, de estímulo à competição, dentre outras, seja efetiva. Além do diagnóstico descritivo do conjunto de infraestrutura, o PERT deve demonstrar com clareza quais são as lacunas nas redes de transporte e de distribuição em todo o país; apresentar a relação de projetos de investimentos capazes de suprir as deficiências identificadas no diagnóstico, com suas respectivas valorações; e apresentar as fontes de financiamentos a serem utilizados pelo Poder Público para a execução de tais projetos.

3.21. Assim, o PERT apresenta alguns projetos, dentre os quais se destacam: a ampliação da rede de transporte de alta capacidade (*backhaul*) com fibra ótica ou rádio em alta capacidade em cerca de 2.000 (dois mil) municípios; o atendimento com telefonia móvel com tecnologia 3G ou superior em 2.012 (dois mil e doze) distritos não sedes (mapeados pelo IBGE); o atendimento com

telefonia móvel em tecnologia 4G ou superior nas sedes municipais abaixo de 30.000 (trinta mil) habitantes, a expansão da rede de acesso de alta velocidade nos municípios com *backhaul* de fibra ótica e baixa velocidade média; e a implantação de redes públicas essenciais.

4. DOCUMENTOS RELACIONADOS

4.1. Portaria do Ministério das Comunicações n.º 263, de 27 de abril de 2006 - Institui o Programa de Atendimento às Pessoas com Deficiência e revoga a Portaria n.º 246, de 10/5/2001.

4.2. Decreto n.º 6.039, de 07 de fevereiro de 2007, que aprovou o Plano de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado em Instituições de Assistência às Pessoas com Deficiência Auditiva - PMU I.

5. CONCLUSÃO

5.1. Diante do exposto, encaminhe-se ao Chefe da Assessoria de Relações Institucionais - ARI as informações em resposta ao Requerimento de Informação n.º 793/2019 e ao Memorando-Circular n.º 96/2019/ARI.



Documento assinado eletronicamente por **Nilo Pasquali, Superintendente de Planejamento e Regulamentação**, em 18/07/2019, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da Portaria n.º 912/2017 da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Rodrigues Ferreira, Gerente de Universalização e Ampliação do Acesso, Substituto(a)**, em 19/07/2019, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da Portaria n.º 912/2017 da Anatel.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Cunha de Padua, Especialista em Regulação**, em 19/07/2019, às 11:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 23, inciso II, da Portaria n.º 912/2017 da Anatel.



A autenticidade deste documento pode ser conferida em <http://www.anatel.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **4399082** e o código CRC **EA9737CE**.